

Justiça contra *puxadinhos*

MARCELO ROCHA

DA EQUIPE DO CORREIO

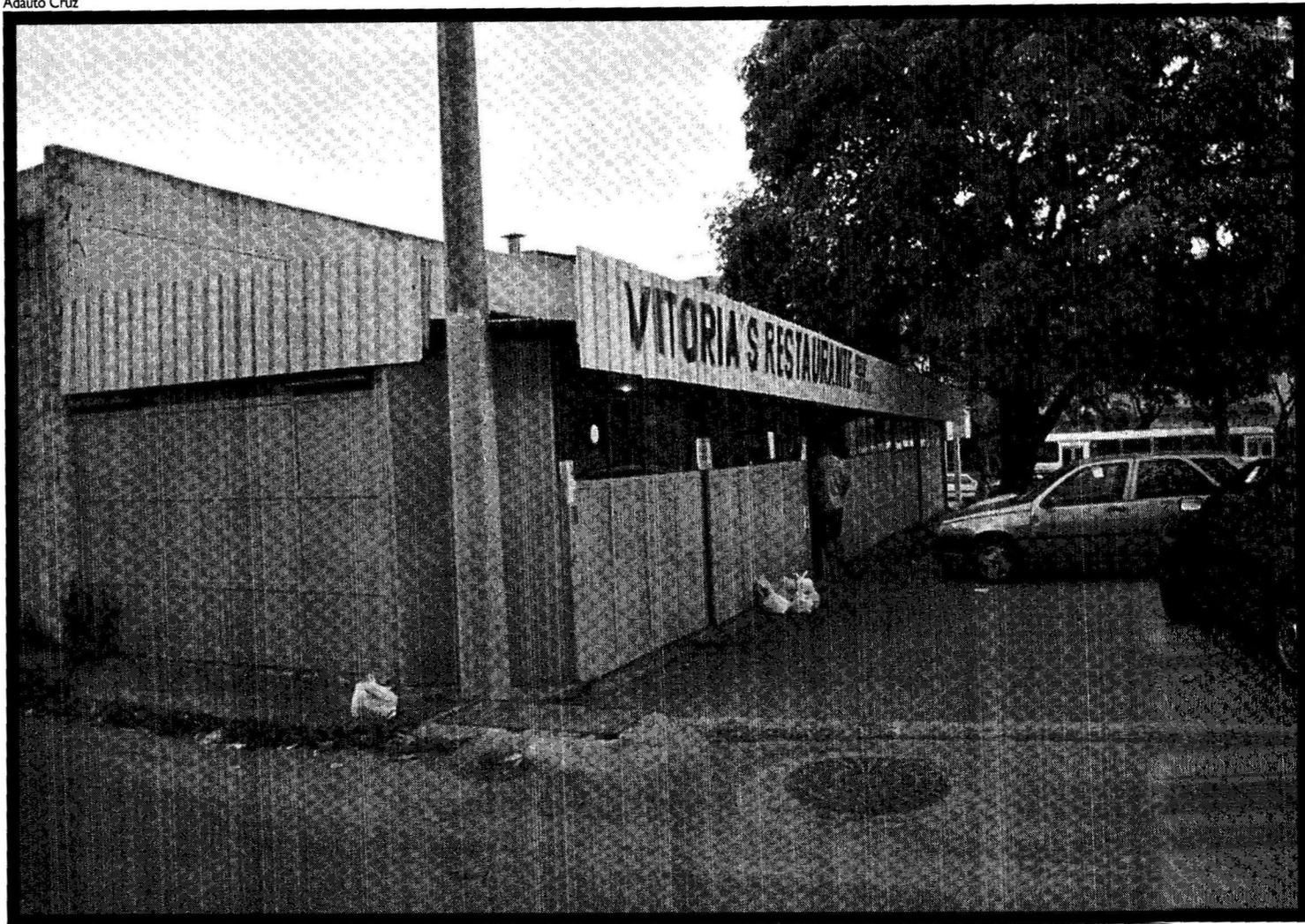
Depois do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) recomendar ao GDF o fim dos *puxadinhos* nas quadras comerciais do Plano Piloto, agora é a vez da Justiça determinar a demolição das ocupações irregulares em áreas públicas. A decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF) abrange três quadras: 712, 713 e 716 Norte. Não cabe mais nenhum tipo de recurso.

A Promotoria de Defesa do Patrimônio (Prodep) do Ministério Público do DF e Território ajuizou, no final da semana passada, pedido de execução da sentença na 7ª Vara da Fazenda Pública. Os empresários tinham prazo de trinta dias para cumprir a determinação dos desembargadores do TJDF, de 2 de junho, mas as invasões continuam de pé. Por dia de desobediência, os comerciantes terão que pagar multa no valor de 10 mil Ufir — cerca de R\$ 10,6 mil.

Para quem ergueu os *puxadinhos* nas três quadras, a conta sairá cara. De acordo com a Justiça, os comerciantes terão de ressarcir os cofres públicos por gastos com a recuperação do projeto arquitetônico original — como gramados e calçadas. Também pagarão por eventuais danos causados ao meio ambiente. Por enquanto, foram feitos apenas os cálculos dos estragos promovidos por invasões nos blocos A, B, D, E e G da 713 Norte. A quantia está avaliada em R\$ 419,7 mil. Alguns comerciantes chegarão a arcar com mais de R\$ 60 mil.

Depois de dez anos e mais de uma centena de ações enviadas à Justiça, a primeira decisão definitiva contra invasores animou os promotores. “Não se trata de uma perseguição a comerciantes, mas da defesa do bem público em prol de todos”, afirmou a promotora de Justiça Eunice Amorim Carvalhido. Praticamente todo o comércio das quadras 100, 200, 300 e 400 da Asa Sul, além das 700 na Asa Norte, é alvo de ações do MP.

Adauto Cruz



ÁREA PÚBLICA FECHADA PELO RESTAURANTE VITORIA'S, NA 713 NORTE: LOJA QUASE DOBROU DE TAMANHO COM CONSTRUÇÃO DE *PUXADINHO*

CAUSA E EFEITO

70%

dos comerciantes que ocupam lojas na quadras comerciais do Plano Piloto invadem áreas públicas

100

ações contra as invasões já foram ajuizadas pela Promotoria de Defesa do Patrimônio Público.

No caso da Asa Norte, parte dos estabelecimentos atingidos pela medida está desocupada por causa da recente transferência das agências de automóveis para a Cidade do Automóvel. O local é o sinônimo do imprevisto: invasões de áreas públicas sobre gramados e calçadas, edificações que desrespeitam o gabarito e terraços abrigam churrasqueiras ou varais de roupa.

Um dos estabelecimentos atingidos pela decisão do TJDF é o Vitoria's Restaurante, no bloco E da 713. A área da loja ficou quase duas vezes maior ao agregar áreas públicas na frente e na lateral do prédio. As proprietárias do Vitoria's não são donas do ponto comercial. Pagam R\$ 1,2 mil por mês. “Não estamos atrapalhando ninguém muito menos causando estragos ao patrimônio

público”, contestou Elizabete Dantas, uma das sócias.

A promotora Eunice Amorim Carvalhido enfatizou que, além de ajuizar ações judiciais, o Ministério Público procura negociar uma saída com o GDF e o Iphan. Ontem, houve novo encontro entre promotores, representantes do instituto e do GDF para debater temas ligados à preservação do patrimônio. Na reunião, o arquiteto Cláudio Queiroz, superintendente regional do Iphan, reafirmou convicção de que o Executivo deve combater a ocupação desordenada em áreas comerciais no Plano Piloto, evitando novos *puxadinhos*.

A proposta do Iphan é de que as administrações regionais não renovem alvarás de funcionamento para lojas que tenham invadido área pública. Para que o

comerciante consiga obter a licença, defende o Iphan, terá de voltar ao padrão original. “Não se pode permitir o crescimento desordenado como uma mancha de óleo que vai se alastrando e em que o céu é o limite”, afirmou. “Se não formos rigorosos agora para manter os princípios originais da cidade não haverá um futuro em que isso será possível”, sustentou.

No final do mês de agosto, o administrador de Brasília, Clayton Aguiar, já havia se comprometido a atender à recomendação. Em 20 dias, Iphan e Ministério Público deverão apresentar ao governo um documento conjunto em que ressaltarão pontos essenciais para a preservação de Brasília.

COLABOROU ANA MARIA CAMPOS